

# A RESPOSTA DO BRASIL AO EUA

O Brasil já entregou aos Estados Unidos a sua resposta a uma fórmula americana para um acordo nas negociações da dívida. "Cabe agora aos americanos tomar uma decisão: a bola está no pé deles", como resumiu uma fonte ao JT.

A resposta brasileira foi entregue pelo enviado especial do Brasil, Fernão Bracher, na manhã de ontem, em Washington, ao secretário-assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos David Mulford.

Com a bola no seu campo, o governo norte-americano deve agora passá-la para o Comitê de Bancos Credores e a outros governos, europeus e japonês, antes de chutá-la de novo para o Brasil.

"As negociações estão fluindo", garantiu a mesma fonte no final do dia de ontem, sem fixar o momento do próximo chute, que, no entanto, deve ser dado logo. "Porque todos estão com pressa".

Esta fórmula, apresentada por escrito pelo governo americano, elaborada com a participação dos negociadores brasileiros, prevê, principalmente, o depósito de juros da dívida suspensos com a moratória, no Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Basileia, Suíça, e a manutenção das linhas de curto prazo no valor de US\$ 15 bilhões.

Um ponto ainda em discussão na fórmula é o montante dos juros que devem ser depositados: fala-se de US\$ 1,5 bilhão, pelo Brasil, e outros US\$ 3 bilhões, refinanciados pelos próprios bancos talvez apenas com uma operação contábil. Outra divergência é sobre o tempo de reescalonamento da dívida: até 1989, como pede o governo brasileiro? Ou só até o ano que vem, como querem os banqueiros?

A resposta do Brasil à fórmula redigida pelo governo americano teria chances de manter as negociações avançando? Ela contém algumas limitações e exigências, como apurou o JT, que "não chegam a ser obstáculos insuperáveis, pois a proposta é muito engenhosa, com suficiente plasticidade. Há condições de viabilidade, sim".

Quando se encontrou com o diretor da área Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, na manhã de ontem, na esquina das ruas Lexington e 53, em Nova York, um advogado americano envolvido nas negociações, ignorando a presença de um repórter, comentou, bastante crítico, num português carregado de sotaque:

"Deu buraco enorme no Brasil. Buraco enorme".

"Que buraco", perguntou-lhe Seixas. "Reabriu-se o fenômeno de Perus?", quis saber o repórter.

"Buraco na imprensa. Leak" (vazamento).

O advogado estava se referindo às notícias de que uma fórmula tinha sido encontrada para acabar com a moratória brasileira, tirando as negociações de um delicado impasse. O enviado especial do Brasil, Fernão Bracher, na mesma esquina, no dia anterior, anteontem, já tinha confirmado as primeiras informações publicadas, espantando-se porque transpiraram.

**"Que caução?"**

Mas em Washington, ontem, ele desconversou, sempre que questionado pela imprensa. Primeiro, respondeu a uma repórter, sobre a caução (o depósito num banco neutro, como se fosse em juízo), que "não sei do que a senhora está falando". Antes, em Nova York, chegou a preferir um outro termo, "custódia", explicando que vários outros, jurídicos, eram também usados. Quando lhe perguntaram como iam as negociações, ironizou: "Para cima, e para o alto". O que vai acontecer no dia 26 (o antigo prazo para uma decisão americana sobre o abaixamento do Brasil e a reclassificação de sua dívida pelos credores)? Até acontecer, nada aconteceu". Quando o senhor vai anunciar algo? "No minuto seguinte ao que ocorrer".

A única frase que Fernão Bracher diria, ligada ao que acabava de acontecer, foi exatamente a última: "Não depende mais da gente". Ele acabava de entregar a resposta do Brasil ao governo americano, e partiu dali para uma visita de cortesia ao Banco Mundial, iniciando um período de espera de consultas intergovernamentais e interbancárias. Prudentemente, sua reserva, no Madison Hotel, está garantida até o dia 29, pois dificilmente se encontram hotéis vagos em Nova York. Neste dia, também, e não por coincidência, como informou uma fonte do governo americano, deverá estar concluída a reunião da Comissão Interministerial que examinará a dívida brasileira, para uma decisão sobre sua reclassificação.

O Brasil não está conversando diretamente com os governos europeus e japonês, sobre a fórmula capaz de produzir um acordo para o final da moratória, porque "nesse problema de dívida externa, quando se trata da América Latina, os Estados Unidos assumem um papel de liderança", explica uma fonte, lembrando das outras divisões de trabalho respeitadas, quando se trata da África, ou da Ásia.

A mesma fonte revela que as dificuldades para um acordo "são grandes em quantidade, mais do que em qualidade", e que a negociação "é uma coisa que está fluindo". Para ela, a pressa existente, com datas sendo fixadas, "complica e ajuda ao mesmo tempo". Uma dificuldade extra, constatada desde o reinício das negociações, é a desunião entre os banqueiros, no comitê que os reúne. Eles estão muito divididos sobre a acolhida e o tratamento que devem dispensar ao Brasil, surpreendidos por uma nova realidade econômica representada pela histórica queda da Bolsa de Nova York, na segunda-feira.

Fora os US\$ 4,5 bilhões de juros que seriam depositados no Banco de Compensações Internacionais na Basileia, há os US\$ 10,4 bilhões que foram pedidos no plano apresentado pelo Brasil a seus credores pelo diretor do Banco Central, Fernando Milhet. O que ficará valendo? Poucas informações transpiraram a este nível, até agora, mas sabe-se que os valores finais não foram acertados e estão ainda em discussão.

**Moisés Rabinovici,  
de Washington**